



CAMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR OS ATOS
DE 8 DE JANEIRO DE 2023

REQUERIMENTO N.º DE 2023

Requer a convocação para comparecimento
do Sr. Reynaldo Bianchi Junior.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro no art. 58, §3º, da Constituição Federal, na Lei n.º 1.579 de 18 de março de 1952 e nos termos do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja CONVOCADO O SR. REYNALDO BIANCHI JUNIOR.

JUSTIFICATIVA

1. Com a confirmação da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno das Eleições de 2022, houve uma intensificação das mobilizações



promovidas por Jair Messias Bolsonaro e seus aliados, com bloqueio de rodovias em manifestações com reivindicações golpistas, atos de depredação de patrimônio público e privado, bem como tentativas de atentados terroristas consistentes na explosão de bombas para causar caos social na tentativa de justificar, segundo seus apoiadores, “intervenção militar”.

2. A escalada da violência gestou o ato mais covarde da história recente do Brasil contra os Poderes da República e, por consequência, contra as instituições do Estado Democrático de Direito: a tentativa de golpe do 8 de janeiro de 2023, perpetrada por bolsonaristas radicais, que invadiu e depredou os prédios dos três poderes. A invasão dos três poderes tinha o nítido intuito golpista de contestar o resultado das eleições presidenciais. Estima-se em 21 milhões de reais os prejuízos gerados pela quebra do patrimônio público¹. Porém, o mais grave era o intuito de subverter a ordem democrática.

3 Tal acontecimento não foi uma manifestação isolada promovido apenas pelas pessoas presentes, mas sim o reflexo direto de uma política de incentivo ao ódio às pessoas e às instituições democráticas fomentado entre 2018 e 2022 por meio do chamado Gabinete do Ódio, que iniciou sua atuação ainda na campanha presidencial de 2018 e permaneceu atuante durante todo o mandato de Jair Bolsonaro.

4 O Gabinete do Ódio é uma milícia digital que atuava na gestão das redes sociais, inclusive naquelas oficiais do ex-presidente Jair Bolsonaro, disseminando notícias falsas destinadas a minar as instituições democráticas, influenciar no processo eleitoral e difundir o ódio contra pessoas e grupos, especialmente aqueles grupos já socialmente vulnerabilizados e perseguidos.

1

<https://noticias.r7.com/brasil/invasao-em-brasil-completa-um-mes-prejuizo-chegou-a-r-21-milhoes-e-14-mil-foram-presos-08022023>



5 A existência do Gabinete do Ódio foi inicialmente divulgada por ex-aliados presidenciais, Joice Hasselmann, Alexandre Frota, Heitor Freire e Gustavo Bebianno. Este último ia além da caracterização deste gabinete como um produtor de fake News e o chamava de “abin paralela”.² Tal Gabinete foi objeto de análise da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das “Fake News”. Nela, destacam-se as palavras de Alexandre Frota e Joice Halsemman que

Com depoimentos precisos e baseados em ampla evidência documental, ambos os depoentes deixaram claro que, no que concerne ao referido “gabinete do ódio”, existia uma muito bem articulada organização composta por há três núcleos: o operacional, que conta com assessores de deputados estaduais e federais; o distribuidor, que envolve sites e blogs; e o núcleo econômico - este último ainda com poucas informações reveladas, mas com muitos indícios da participação de proeminentes empresários, como veremos ao longo deste relatório.³

6 Importante lembrar ainda que em julho de 2020, o Facebook, após investigação interna conduzida em parceria com *Digital Forensic Research Lab (DFRLab)*, derrubou vários perfis bolsonaristas.⁴ Como destaca o relatório final daquela CPMI,

O DFRLab enalteceu, em seu estudo, que esse comportamento é consistente com o modus operandi do chamado “Gabinete do Ódio”, que foi por várias vezes denunciado ao longo dos trabalhos da CPMI. Uma vez eleito o presidente Jair Bolsonaro, muitos desses canais integrantes do Gabinete do Ódio passaram a atacar as instituições brasileiras, especialmente o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e alguns dos seus membros.

² Eu disse ao presidente que as notícias falsas não podiam estar dentro do Planalto porque poderiam dar em impeachment. Mas a pressão que o Carlos faz é tão grande que o pai não consegue se contrapor ao filho. (...)Um belo dia o Carlos Bolsonaro aparece com um nome de um delegado federal e três agentes que seriam uma Abin paralela. Disponível em: <https://outlinetts.com/article/page/oglobo/politica/bebianno-carlos-bolsonaro-tentou-montar-uma-abin-paralela-no-planalto-24282646>

³

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9229506&ts=1674669391445&disposition=inline>

⁴ <https://about.fb.com/news/2020/07/removing-political-coordinated-inauthentic-behavior/> Acesso em: 29 de maio de 2023.



7 Ademais, O Gabinete do Ódio também é investigado no bojo do Inquérito 4781 no Supremo Tribunal Federal⁵ destinado:

a investigação de notícias fraudulentas (fake news), falsas comunicações de crimes, denúncias caluniosas, ameaças e demais infrações revestidas de animus caluniandi, diffamandi ou injuriandi, que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros; bem como de seus familiares, quando houver relação com a dignidade dos Ministros, inclusive o vazamento de informações e documentos sigilosos, com o intuito de atribuir e/ou insinuar a prática de atos ilícitos por membros da Suprema Corte, por parte daqueles que tem o dever legal de preservar o sigilo; e a verificação da existência de esquemas de financiamento e divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário e ao **Estado de Direito**.⁶

Já a Polícia Federal em inquérito a respeito do tema voltado a municiar o STF afirma:

Em período compreendido entre 2018 e a presente data, em Brasília e em outros locais, pessoas identificadas no bojo dos inquéritos 4781, 4828 e 4874 se uniram de forma estruturalmente ordenada, com unidade de desígnios e divisão de tarefas (produção, difusão e financiamento), com o objetivo de obter vantagens financeiras e/ou político-partidárias por meio da produção e divulgação de informações (texto, imagem e vídeo) em meios de comunicação (redes sociais ou canais de comunicação), de notícias fraudulentas, falsas comunicações de crimes, violação de sigilo funcional, ameaças e crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria), lesando ou expondo a perigo de lesão o democrático de direito e a independência e a harmonia entre os Poderes, ocultando ou dissimulando a natureza, origem, movimentação ou propriedades de valores decorrentes da atividade criminosa.⁷

8 Apesar de o Gabinete do Ódio contar com a mão de obra de servidores públicos contratados pela Presidência da República (José Matheus Sales Gomes, Tercio Arnaud Tomaz, Filipe Martins, Mateus Matos Diniz) e seus aliados (Guilherme Julian Victor Freire, assessor de Hélio Lopes), a estruturação de um serviço de disseminação em massa de notícias falsas necessita de vultuosos recursos.

9 A produção de desinformação gera lucro, tanto advindos do fato de seus produtores serem alçados a fama, contratados para serviços e realizarem venda de produtos, como pela monetização do medo e da desinformação por meio do lucro

5

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-decisao-stf-classifica-gabinete-do-odio-como-associacao-criminosa/>

⁶ <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5651823>

7

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/02/10/milicia-digital-usou-estrutura-do-gabinete-do-odio-diz-pf-ao-stf.htm?cmpid=copiaecola>



advindo de plataformas que remuneram o produtor de conteúdo a partir do acesso a seus canais⁸.

Na CPI das fake News foi possível identificar que *“uma parte significativa da publicidade governamental contratada por meio do Google estava sendo exibida em canais inapropriados, tais como de conteúdo sexual, de jogos de azar ilegais, com comportamento desinformativo ou até mesmo destinados à promoção pessoal de autoridades, incluindo o Presidente da República”*.

9 Além do irrigamento de recursos públicos em sites disseminadores de desinformação foram impulsionados por particulares. Documento produzido pelo juiz Aírton da Veiga, juiz auxiliar do Ministro Alexandre de Moraes no Supremo Tribunal Federal, aponta os empresários Luciano Hang, Edgar Gomes Corona, Reynaldo Bianchi Junior e Winston Rodrigues Lima como *“possíveis responsáveis pelo financiamento de publicações e vídeos com conteúdo difamante e ofensivo”* ao STF. Eles integrariam um grupo denominado de “Brasil 200 Empresarial”.⁹

Diante do exposto, pela suspeita de financiamento da milícia digital conhecida como Gabinete do Ódio por meio do qual por mais de quatro anos se incentivou o ódio contra pessoas e instituições públicas que culminou com os eventos golpistas do dia 08 de janeiro de 2023, consideramos de suma importância **a convocação do Sr. Reynaldo Bianchi Junior**, seu comparecimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Para esse fim, roga-se aos nobres pares o apoio para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2023

⁸ <https://www.dw.com/pt-br/o-lucrativo-neg%C3%B3cio-das-fake-news/a-56714606>

⁹

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/documento-do-stf-explica-como-funciona-o-gabinete-do-odio/>



Deputada Erika Hilton

PSOL/SP

Deputado Pastor Henrique Vieira

PSOL/RJ

CD/23902.86629-00





Requerimento do Congresso Nacional **(Da Sra. Erika Hilton)**

Requer a convocação para
comparecimento do Sr. Reynaldo Bianchi
Junior.

Assinaram eletronicamente o documento CD239028662900, nesta ordem:

- 1 Dep. Erika Hilton (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE

